



## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2013

### Acta n.º 3

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:30 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de Novembro, e aditamento de vinte e dois de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

**PONTO DOIS:** Aprovação da acta da sessão de 06-11-2013; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Determinação das Taxas de Derrama, Imposto Municipal sobre Imóveis, Participação Variável no IRS, e Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2014/2017; -----

**PONTO CINCO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento do município para o ano 2014, incluindo o Mapa de Pessoal;-----

**PONTO SEIS:** Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto (artºs 20º, nº1, al. a) e 112º a 127º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) para o fornecimento contínuo de produtos de drogaria e ferramentas. -----

**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público (artºs 20º, nº1, al. b) e 130º a 154º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) para fornecimento de consumíveis e de serviços de assistência técnica a equipamentos multifuncionais e de cópia para o município de Albufeira; -----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1, 2, 3 da Guia, até ao limite de 199.00,00 € acrescido de IVA. -----

**PRESENÇAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (membro suplente PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), João Hélder Grade Cabrita (membro suplente PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão



(PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira, e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Fernando José dos Santos Anastácio, José Carlos Martins Rolo, Célia Maria Calado Pedroso, Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal da Silva, e Rogério Pires Rodrigues Neto. -----

**FALTAS:** Francisco José Pereira Oliveira (PS), e José Geraldês de Pereira Simões (PS). -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros Francisco Oliveira e José Geraldês Simões, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho, e João Hélder Grade Cabrita. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão dando a palavra ao público presente. -----

Suzel Pimenta: "A zona da Quinta da Palmeira, em especial, a zona envolvente ao polidesportivo, passa-se meses que não é limpa, está muito vandalizada e não tem iluminação."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA.** -----

O membro Cândido Reigado apresentou uma moção, e propôs à Assembleia que fosse votada (Doc. 1 anexo a esta ata). -----

Presidente da Assembleia: "Atendendo que está a solicitar à Assembleia uma deliberação sobre a sua proposta, para que esta possa ser votada tem de ser aceite por pelo menos dois terços dos membros da Assembleia uma vez que esse assunto não está incluído na ordem de trabalhos. Assim, coloco à consideração da Assembleia a admissão desta moção, para ser incluída na ordem de trabalhos e deliberada hoje."-----



**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: catorze (14) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Votos a Favor: onze (11) Ruben Barulho, João Cabrita, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A moção foi admitida por maioria. -----

José Pimenta: "Eu tinha três perguntas que estão encaminhadas no mesmo problema. Qual é o valor das dívidas dos grandes consumidores de água para com a Câmara? Segundo ponto: Nós sabemos que são valores elevados. Como se chegou a estes números? E terceiro ponto: O que se está a fazer para recuperação destas dívidas? Depois tenho um quarto ponto, que gostaria de deixar para o Presidente da Assembleia: É, ou não, possível os membros da Assembleia terem acesso a este dossier sobre as dívidas dos consumidores para com a Câmara?"-----

Presidente da Assembleia: "Qualquer membro desta Assembleia pode dirigir-se à mesa e solicitar informação, de seguida solicitamos essa informação à Câmara Municipal. Uma vez recolhida estará disponível no gabinete da Assembleia para consulta. Nós não temos acesso a toda a informação, temos de solicitar à Câmara Municipal e para tal tem de ser redigido um requerimento à Assembleia para depois possamos dirigir ao Presidente da Câmara."-----

Presidente da Câmara: "Tomei nota das questões e vou verificar com os serviços."-----

Francisco Guerreiro: "Quero congratular-me com o número de elementos de Paderne nesta Assembleia, porque nestes anos todos que me recorde, e não são poucos, nunca tivemos um número tão grande de elementos de Paderne, e estou muito satisfeito. E só espero que todos nós façamos aqui um bom trabalho, e que possamos dar um bom contributo para este concelho. "-----

Presidente da Câmara: "Em relação à intervenção do senhor Pimenta, não lhe sei responder exactamente qual o número das dívidas dos consumidores de água. Sei que há grandes dívidas por parte dos grandes consumidores. Quanto ao que se está a fazer em relação a esta situação, estamos a fazer os procedimentos normais, execuções,



penhoras, cobranças coercivas, poderá haver alguns acordos. Quanto ao acesso, como já disse o Presidente da Assembleia, tem todo o direito de consultar. De qualquer forma, poderei detalhar melhor essas informações, mas de momento não tenho esses dados."-----

Carlos Fernandes: "Não sei se a Câmara Municipal já tomou alguma posição sobre este assunto. A iluminação de Natal ainda não se iniciou e gostaria de sugerir à Câmara Municipal que seguisse o exemplo da Câmara Municipal de Lagoa, que prescinde da iluminação de Natal, e que na medida do possível, essas verbas, ou uma parte delas, fosse entregue, na sua devida proporção, às Juntas de Freguesia, e que servisse unicamente para iniciativas de carácter social. Isto é a título de sugestão, não tenho proposta, mas fica aqui a sugestão."-----

Presidente da Assembleia: "Qualquer membro tem sempre a possibilidade de propor que a Assembleia recomende à Câmara Municipal a tomada de qualquer deliberação. Pode dirigir o requerimento ao Presidente para que seja incluído numa próxima Assembleia. Nós temos a liberdade de recomendar à Câmara Municipal que delibere num sentido que nós achamos que é o mais correto. Não temos o direito de exigir mas podemos propor que seja considerada uma qualquer linha de orientação e para isso temos liberdade total. Agora, se quiser que seja incluída na ordem de trabalhos de hoje, terá de redigir essa sua recomendação para podermos votar para ser incluída na ordem de trabalhos."-----

Presidente da Câmara: "Em relação a este assunto considero que não estamos em altura de fazer grandes despesas com iluminações de Natal. Haverá apenas algumas pequenas notas da época festiva porque também não podemos eliminar completamente a sua colocação. É, seguramente, mais importante, neste momento, ajudar quem tem necessidades do que estar a gastar em grandes iluminações. Está a ser estudada uma opção, no sentido de, em vez de estarmos a alugar os equipamentos, que são caros, a informação que obtive é que corresponde a mais de metade do custo de aquisição. Penso que seja melhor ir comprando aos poucos, para daqui a mais algum tempo termos mais iluminação, mas que é nossa. Porque, ao estarmos a alugar, para o ano estamos na mesma situação. Numa altura em que sabemos que há pessoas com muitas carências, seguramente isso está muito acima de quaisquer dispêndios que se possam vir a fazer em relação a esse tipo de despesas com iluminação. Contudo também não podemos



esquecer, que nós somos um destino turístico, e também não podemos dar uma nota de tristeza numa época de alegria."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Primeira Secretária procedeu à leitura resumida da correspondência, que ficou ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

### PONTO DOIS

Aprovação da acta da sessão de 06-11-2013; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia: -----

A Primeira-Secretária: "Antes de discutirmos e aprovarmos a acta, devo dizer que há uma incorrecção relativamente à votação no ponto três. Na página quatro, na votação por meio de lista registou-se uma abstenção, dois votos contra, e vinte e dois votos a favor. É esta a correcção a fazer à acta."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, com a alteração apresentada pela Primeira Secretária. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Ruben Barulho, João Cabrita.-----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A acta foi aprovada por maioria. -----



### PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Determinação das Taxas de Derrama, Imposto Municipal sobre Imóveis, Participação Variável no IRS, e Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Adriano Ferrão: "Boa noite a todos. Quero dirigir uma questão ao Presidente da Câmara, a saber: se a proposta que nos é apresentada pelo executivo da Câmara deriva do PAEL, ou haveria alguma alternativa de redução das taxas propostas."-----

Presidente da Câmara: "Isto já foi analisado em reunião de Câmara, e pelo facto de estarmos com o PAEL a Lei obriga a que se aplique as taxas máximas. Nomeadamente a Lei quarenta e três de dois mil e doze, de vinte e oito de Agosto, no seu artigo seis, número dois, alínea a), em que fixa a participação variável no IRS à taxa máxima, o IMI e o IRC também prevê que seja com a taxa máxima, e, regra geral, é que terá de ser tudo com a taxa máxima. A aprovação de actos que violem este princípio constitui uma ilegalidade grave. A Lei dá liberdade aos órgãos de fazerem o que bem entendem, e a ser assim, conforme está consignado na Lei, quer o órgão Câmara, quer o órgão Assembleia, nem sequer se deviam pronunciar sobre o assunto, devia estar logo na Lei, taxas máximas e ponto final. Porque, se não fosse assim, não valia a pena a Lei estar a dizer para fazermos o que quisermos mas se desrespeitarmos os princípios cometemos uma ilegalidade grave."-----

José Pimenta: "Senhor Presidente, há uma coisa que nós temos de ver em relação aos direitos de passagem, ao fim ao cabo são os munícipes que pagam estes valores. Existem autarquias em que os membros votaram para que esses direitos de passagem fossem pagos pelas empresas. São as empresas que exploram os serviços, e arrecadam os lucros, e, na nossa opinião, são eles que devem pagar a sua utilização. Neste caso, nada estará a ser violado, poderá violar os outros três pontos, mas este ponto não compreendemos."-----

Presidente da Câmara: "Isto é uma taxa que é cobrada às empresas. Essa proposta tem a sua lógica porque a empresa também vai arrecadar aqui um lucro. Se me permite, acho que o assunto deveria ser estudado, mas fazendo parte de uma outra deliberação, que não envolva a questão que estamos aqui a tratar. Sem prejuízo de se poder posteriormente fazer uma deliberação nesse sentido. Não discordo do princípio que o





senhor nos está a dar, deverá ser objecto de estudo, e fazer-se uma proposta nesse sentido."-----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos. Eu discordo da questão que o senhor Pimenta levantou. Parece-me um pouco penoso estarmos a castigar as empresas numa altura em que, todos os dias fecham empresas. Não me parece que seja de bom tom sequer estarmos a sobrecarregá-las com mais esta taxa. Não vejo nenhum benefício nessa atitude."-----

Presidente da Câmara: "Isto são as empresas que beneficiam e para elas é um bocado indiferente. Elas pagam mas depois elas encarregam-se de cobrar ao próprio munícipe. Seria um ponto a ponderar, se são empresas lucrativas ou não, se conseguiriam suportar ou não. Para além da questão legal, também é um ponto sensível, estarmos a jogar uma empresa para uma situação difícil, também não vamos fazer isso. Mas não deixa de ser pertinente a questão."-----

José Pimenta: "Não estamos aqui a falar de qualquer empresa. Não estamos a falar de uma empresa que tem quatro ou cinco trabalhadores. Estamos a falar de grandes empresas."-----

Presidente da Assembleia: "A génese desta taxa refere-se à utilização do subsolo do município e tem a ver com as empresas de comunicações e telecomunicações, e nem todas, porque nem todas utilizam o subsolo, muitas das comunicações já são feitas sem fios. Basicamente, tem que ver com as empresas de gás canalizado. É um direito de passagem mas é subterrâneo. Quando esta Lei saiu, nós, nesta Assembleia, tivemos esta discussão para saber até que ponto se poderia impedir as empresas de repercutirem este custo nos consumidores. Podemos questionar o Instituto do Consumidor para saber se há algum meio de impedir estas empresas de cobrar as taxas aos munícipes. O município está a cobrar uma taxa a uma entidade, na relação que esta entidade tem com os seus clientes nós não nos podemos imiscuir e portanto não podemos estar aqui a deliberar questões que estão fora do âmbito das nossas competências. Eu percebo a bondade do que aqui estamos a falar, mas como afirmava o senhor Presidente da Câmara, não podemos ter uma deliberação que, depois, não seja minimamente exequível. Trata-se única e exclusivamente, nesta deliberação, de taxar as empresas que usam o subsolo neste município e não impedir que repercutam isto nas suas relações comerciais. Isto sai do foro desta Assembleia e sai do foro inclusivamente do controle da Câmara Municipal."-----



Leonardo Paço: "Era às empresas de pequenas dimensões que eu me referia há pouco. Na minha óptica não faz muito sentido. Sabemos que as empresas estão a passar dificuldades, e ainda ir taxá-las, obviamente que comercialmente depois poderiam definir isso no preço final para o cliente mas aí acho que íamos ter uma conta final precisamente igual."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: catorze (14) Ruben Barulho, João Cabrita, Soraia Santos, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a Favor: onze (11) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Santos, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

A bancada do PS apresenta declaração e voto (Doc. 2 anexo a esta ata) -----

A bancada do VIVA apresenta declaração de voto (Doc.3 anexo a esta ata) -----

### **PONTO QUATRO E PONTO 5**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2014/2017; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento do município para o ano 2014, incluindo o Mapa de Pessoal; -----

Presidente da Assembleia: "Em relação a estes dois pontos, há uma questão que gostava de chamar à atenção da Assembleia: a Lei obriga a que o orçamento seja aprovado na sessão ordinária do mês de Novembro. Todavia, decorrente do facto de as eleições terem sido tardias e não ter havido tempo suficiente para os pareceres legais, nomeadamente da Direcção Geral das Autarquias Locais, no âmbito do PAEL e do Tribunal de Contas, deparei-me com a questão de colocar ou não estes pontos na ordem do dia. Consultámos a Associação Nacional dos Municípios e consultámos outros municípios do Algarve, que nos informaram que estão a adoptar a nova Lei que vai entrar em vigor em Janeiro, ou seja, o orçamento tem de ser aprovado no prazo máximo de noventa dias após a tomada de posse. A ser assim e porque efectivamente





não o podemos aprovar porque não temos os pareceres necessários da DGAL e do Tribunal de Contas, propunha que fossem retirados da ordem do dia e que viessem numa posterior Assembleia e que portanto fosse deliberado nesse sentido."-----

Domingos Coelho: "O PS também tinha uma proposta no sentido de retirar, mas tendo em conta a sua iniciativa."-----

Presidente da Assembleia: "Isto tem a ver com duas questões: se não viesse na ordem do dia tínhamos de estar a deliberar sobre o orçamento. Nós poderíamos eventualmente aprovar sob condição. Prefiro que não o façamos. Prefiro que o façamos, é a minha opinião pessoal, com os pareceres das entidades competentes. Como temos esta janela de oportunidade que nos é dada pela comunicação da ANMP e que tem estado a ser utilizada por outros municípios, nós podemos seguir no mesmo sentido. Das duas uma: ou levávamos esta Assembleia *ad aeternum* até que fossem emitidos os pareceres, com interrupções sucessivas, ou retiramos e esperamos que cheguem os pareceres."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto 4 e ponto 5. -----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Ruben Barulho, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Os pontos são retirados por unanimidade. -----

### **PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto (artºs 20º, nº1, al. a) e 112º a 127º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) para o fornecimento contínuo de produtos de drogaria e ferramentas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Ruben Barulho, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público (artºs 20º, nº1, al. b) e 130º a 154º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) para fornecimento de consumíveis e de serviços de assistência técnica a equipamentos multifuncionais e de cópia para o município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Ruben Barulho, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



## PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1, 2, 3 da Guia, até ao limite de 199.00,00 € acrescido de IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "A CDU entende que o fornecimento deverá ser feito por pessoal da Câmara. Grande parte destes estabelecimentos estão fechados e têm pessoal, neste caso cozinheiras, com anos de experiencia e formação adequada. A exploração de privados acarreta mais encargos para a autarquia, e normalmente o serviço prestado aos alunos, pessoal e professores é de má qualidade. Esses contratos de fornecimento são efectuados pelo preço mais baixo, o que origina que as empresas se esforcem por fazer cumprir os contatos, e para tal não podem ser de qualidade. Tudo isso resulta em prejuízo dos utentes."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. -----

### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado, José Pimenta.-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Ruben Barulho, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

## PONTO NOVE

Moção apresentada pela CDU (Doc. 1 anexo a esta ata).-----

O Presidente da Assembleia leu a moção e passou a palavra ao Membros da Assembleia. -----

Adriano Ferrão: "Nós queremos mostrar que embora a situação do país apresente vários aspectos que são negativos, e a todos está a lesar, os pressupostos



apresentados pela CDU são completamente diferentes daqueles que são defendidos por esta bancada, e que acredita noutras premissas, em outras lógicas, e que assim sendo, não pode aceitar esta moção."-----

Domingos Coelho: "A bancada do PS solidariza-se com os princípios gerais da moção e votará favoravelmente."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencções: catorze (14) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Votos a Favor: onze (11) Ruben Barulho, João Cabrita, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A moção foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de Novembro de 2013 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_



Doc.1

## MOÇÃO

### CDU-COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Revisto 9

Considerando que o Orçamento de Estado para 2014:

- a) Conjugado com a nova Lei das Finanças Locais dele indissociável, acentua ainda mais redução da participação das Autarquias nos recursos do Estado, redução esta brutal e absolutamente desproporcionada;
- b) Reforça as medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica, aprofundando o ataque ao Poder Local;
- c) Prossegue e aprofunda a degradação dos rendimentos, das condições de trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das Autarquias, no quadro do violento ataque continuado aos trabalhadores da Função Pública, ao serviço Público e ao Regime Democrático, tal como o caracteriza a Constituição da República;
- d) Induz estagnação e degrada as condições de desenvolvimento de actividades económicas, contribuindo para o empobrecimento do concelho e para o empobrecimento da população;
- e) Visa limitar ou até negar Direitos fundamentais, como o acesso à Saúde, à Educação e à protecção Social;
- f) Constitui-se como um factor de aumento da exploração dos trabalhadores, da redução dos rendimentos dos reformados e de empobrecimento das famílias e ruína das PME's, em benefício e protecção dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros;

A CDU PROPÕE A ESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUE DELIBERE:

1. Repudiar o esbulho dos recursos que o estado deve colocar à disposição das Autarquias, com vista à manutenção e melhoria das condições de vida das populações, nos domínios da competência exclusiva, ou dominante dos seus órgãos;
2. Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores das Autarquias, para com os trabalhadores da Administração Pública, trabalhadores em geral, em especial para com os que perderam os seus empregos, para com os reformados e pensionistas, cujas condições de vida e de trabalho se vêm progressivamente degradando e este Orçamento agrava ainda mais;
3. Reclamar medidas e políticas que desagravem a asfixia a que vêm sendo condenadas as micro, pequenas e médias empresas, que possibilitem e estimulem o crescimento e o desenvolvimento económico e o desenvolvimento em geral.
4. Exigir o fim do ataque ao Serviço Público, da delapidação dos recursos e do património Público, particularmente através da política ruinosa, da privatização de tudo o que é Público e rentável, como a Água e o saneamento, os resíduos sólidos urbanos, a Ana, os CTT, entre outras empresas.
5. Condenar a prática corrente dos salários em atraso no concelho de Albufeira, em especial na hotelaria, para que casos como os que se têm verificado nos hotéis, Montechoro, Grupo Fernando Barata, Quinta da Balaia entre outros, assim como o que aconteceu nos Salgados no tempo do Carlos Saraiva, não voltem a acontecer.....Albufeira, 27 de Novembro de 2013

Membro CDU  
Membro CDU

*[Handwritten signature]*



Ponto 3

**Declaração do Partido Socialista relativamente ao ponto 3 da Ordem do**

**Dia** (Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Determinação das Taxas de Derrama, Imposto Municipal sobre Imóveis, Participação Variável no IRS, e Taxa Municipal de Direitos de Passagem)

*[Handwritten signature]*

A bancada do PS inúmera os seguintes fundamentos para a sua abstenção ao ponto três da Ordem do Dia:

- 1) A atual situação financeira da Autarquia deve-se à política desastrosa do anterior executivo, que por vias do elevado endividamento foi obrigado a pedir um resgate ao Ministério das Finanças e assim sujeitou todos os munícipes, por longos anos, aos condicionalismos impostos pela Lei 43/2012, ou seja, um aumento dos impostos;
- 2) Decorrente do empréstimo designado por PAEL será a Autarquia obrigada a situar os impostos e taxas no máximo previsto por lei;
- 3) Reconheça-se, no entanto, que houve uma abertura por parte do executivo camarário para iniciar o processo de revisão dos coeficientes de localização previstos no IMI, tendo esta matéria constituído uma das promessas eleitorais do PS. O desenvolvimento e aprovação deste processo poderá contribuir para uma baixa do IMI e permite ao Partido Socialista não votar contra este ponto da Ordem do Dia;

Assim, e pelos argumentos apresentados a bancada do PS abstém-se na votação do ponto três da Ordem do Dia.

Albufeira, 27 de Novembro de 2013

Os eleitos pelo Partido Socialista

*[Handwritten signatures of the elected representatives of the Socialist Party]*





Doc. 3

**Declaração de Voto - GRUPO V.I.V.A.**

Ponto 3

19

O Grupo V.I.V.A., representado na Assembleia Municipal de Albufeira, pelos membros, Soraia Morais, Mário Gaspar e Ivânia Mascarenhas, absteve-se nesta votação porquanto considera que as circunstâncias que ditaram que o IMI , tivesse a sua incidência máxima, decorreram de imposições do Programa de Apoio à Economia Local, cuja assinatura ocorreu no anterior executivo e que determinaram este agravamento Fiscal. No entanto, tendo em conta que o actual executivo municipal elaborou proposta conjunta, de alteração dos coeficientes de localização, entende o Grupo Viva que esta medida poderá vir a ser uma forma de atenuar o impacto que tal carga fiscal tem nas famílias, podendo consistir num desagravamento efectivo.

Pelo Grupo V.I.V.A.

Soraia Morais

Mário Gaspar

Ivânia Mascarenhas

Albufeira, 27 Novembro 2013